



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

SESSÃO TEMÁTICA: Populações, Gerações e Ciclos de Vida

OS MODOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NO CONTEXTO DE CLASSE

PRATA, Juliana de Moraes
Mestranda em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas,
Universidade do Estado do Rio de Janeiro- UERJ/Brasil
julianaprata.prof@gmail.com

Resumo

A juventude é um tema que abrange questões complexas e inquietantes na sociedade contemporânea. A juventude é uma construção social relativa no tempo e no espaço. Dessa forma, os modos de transição para a vida adulta se constituem sob modelos distintos e determinados por vários fatores sociais, econômicos, individuais, políticos e históricos. Charlot (2007), Margulis (1998), Feixa (1997) e Bourdieu (1983) são determinantes quando afirmam que a juventude não está inteiramente relacionada com a questão etária, mas constitui-se essencialmente de uma construção social determinada ainda pela posição de classes e pelas condições históricas. Margulis (1996) apresenta claramente que cada época e cada setor social postula formas distintas de ser jovem. Destarte, agora segundo Charlot (2007), é possível falar em juventude no singular e juventudes, no plural. Isto é, existe uma categoria ou como melhor denominada por autores, condição da juventude que é singular entre as culturas: os modos de transição para a vida adulta. Entretanto, esses modos se dão de formas distintas relacionando-se com outros fatores como gênero, classe, tempo e território; por isso denomina-se juventudes no plural, na tentativa de contemplar essa condição múltipla e polissêmica que afeta todos os seres humanos em diferentes medidas. Margulis ainda explicita que essas diferentes maneiras de ser jovem alteram substancialmente os modelos que regulam e legitimam a condição da juventude. Ou seja, ser jovem pobre é diferente de ser jovem classe média ou alta, os modelos, as expectativas, as trajetórias, são profundamente modificadas. A partir dessa ótica, a presente proposta objetiva investigar os modos de transição para a vida adulta tendo como enfoque o contexto de classe no Brasil. Partindo do ponto que o jovem oriundo das classes populares não se constitui adulto nas mesmas formas de transição que os de classes mais abastadas, o conceito de moratória social e vital (FEIXA, 1997 e MARGULIS, 1998) apresenta-se como foco da discussão. A noção de moratória permite não apenas diferenciarmos, dentro dos grupos e classes, a distribuição desigual do uso da condição juvenil como um capital simbólico, como também fundamenta a compreensão que a juventude não é só uma condição etária, biológica, mas que ela se realiza socialmente como um símbolo cuja distribuição é diferente de acordo com a posição social que se ocupa.

Abstract

Youth is a theme encompasses complex and troubling issues contemporary society. Youth is a relative social construction on time and space. Thus, the ways of transition to adult life are under different models and determined by various social, economic, individual, political and factors. Charlot (2007), Margulis (1998), Feixa (1997) and Bourdieu (1983) are decisive when they say that youth is not entirely related to the age, but it is constituted by a social construction determined by the position of classes and the historical conditions. Margulis (1996) clearly shows that every age and every social sector postulates different ways of being young. Thus, according to Charlot (2007), it is possible to talk about youth in the singular or in the plural forms. So there is a category, or as the authors call the condition of youth that is unique among cultures: modes of transition to adult life. However, these modes occur in different ways and are related to other factors such as gender, class, time and territory, that is why they are called plural youths in an attempt to cover this multiple and polysemic condition which affects all human beings in different ways. Margulis also explains that these different ways of being young substantially alter the models which regulate and legitimize the status of youth in other words. Being a poor young person is different from being a middle or upper class young person. The models, the expectations, the trajectories are deeply modified. From this perspective, this proposal aims to investigate the modes of transition to adult life as focus the class context in Brazil. Considering that the young which comes from the lower classes is not an adult in the same ways of transitions as the wealthier classes. The concept of social vital and moratorium (FEIXA, 1997 & MARGULIS, 1998) presents itself as the focus of discussion. The notion of a moratorium allows us not only to differentiate, within the groups and classes the uneven distribution of the use of juvenile condition as a symbolic capital, but also underlies the understanding that youth is not only an age and biological condition, but it takes place socially as a symbol whose distribution is different according to the social position which is occupied. Thus, the young, as a social category, incorporates two different aspects and non-exclusive: on one hand is a various generation, cross, referring to the common generation experience, and on the other hand it encompasses diverse and heterogeneous youth culture.

Palavras-chave: Juventude; Desigualdade Social; Educação brasileira

Keywords: Youth; Different social Class; Brazilian education

OS MODOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA NO CONTEXTO DE CLASSE

INTRODUÇÃO

Este trabalho constitui-se como uma investigação em andamento sobre a juventude e os modos de transição para a vida adulta no contexto de classe no Brasil. É parte de uma pesquisa de dissertação de mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas que objetiva construir o conceito de jovem-trabalhador através de um *survey* no Brasil, numa cidade da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro, denominada Mesquita. Através da investigação desse caso particular, pretende-se construir também generalizações dessa modalidade do possível que consigam contribuir para os estudos da juventude. No entanto, o recorte eleito para este texto foi uma revisão bibliográfica sobre a temática das juventudes, da desigualdade e dos modos de transição para a vida adulta mediada pelo contexto de classe. A hipótese é que o fator classe é preponderante quando se trata do acesso aos bens e equipamentos sociais. Logo, o jovem pobre teria formas de transição mais aceleradas para se tornar um adulto do que os jovens mais abastados, principalmente pela entrada precoce no mundo do trabalho, afastamento dos bancos escolares por diferentes motivos e constituição de família.

1. JUVENTUDE E MODOS DE TRANSIÇÃO PARA A VIDA ADULTA

1.1. Panorama sobre a Juventude: a juventude é ou não é mais que uma palavra?

A juventude é um tema que abrange questões complexas e inquietantes na sociedade contemporânea. A juventude é uma construção social relativa no tempo e no espaço. Alguns autores que se debruçam sobre essa temática apontam para lacunas ainda existentes na compreensão dessa condição, todavia, constroem um corpo teórico acerca do conceito e da condição que nos permite refletir e propor um breve panorama.

Esse título tem o intuito de apresentar as duas proposições em perspectiva. A primeira mostrada por Bourdieu em *A Juventude não é mais que uma palavra*, seu artigo de 1983, que problematiza algumas questões da categoria. E a segunda por Margulis no livro *A Juventude é bem mais que uma palavra*, em que esse autor discorda com o primeiro, afirmando que os códigos e símbolos juvenis configuram-se dotados de sentidos e significâncias, logo, além de categoria socialmente construída e de dado manipulável, como em Bourdieu, a juventude é sim mais que uma palavra, dotada de aspectos passíveis de estudo e rica análise.

Charlot (2007), Margulis e Urresti (1998), Feixa (1997) e Bourdieu (1983) são determinantes quando afirmam que a juventude não está inteiramente relacionada com a questão etária, mas constitui-se essencialmente de uma construção social determinada ainda pela posição de classes e pelas condições históricas. Margulis (1996) apresenta claramente que cada época e cada setor social postula formas distintas de ser jovem. Completa que “há muitos modos de se experimentar a juventude e várias oportunidades de apresentar e representar a pessoa nas múltiplas tribos que emergem na estalante sociabilidade urbana” (p.11-Tradução livre)

Destarte, segundo Charlot (2007), é possível falar em juventude no singular e juventudes, no plural. Isto é, existe uma categoria ou como melhor denominada por autores, condição da juventude que é singular entre as culturas: os modos de transição para a vida adulta. Entretanto, esses modos se dão de formas distintas relacionando-se com outros fatores como gênero, classe, tempo e território; por isso denomina-se juventudes no plural, na tentativa de contemplar essa condição múltipla e polissêmica que afeta todos os seres humanos em diferentes medidas.

Margulis ainda explicita que essas diferentes maneiras de ser jovem alteram substancialmente os modelos que regulam e legitimam a condição da juventude. Ou seja, ser jovem pobre é diferente de ser jovem classe média ou alta, os modelos, as expectativas, as trajetórias, são profundamente modificadas. Isso também se

estende quanto ao gênero.(MARGULIS, 1998) Feixa (1997) completa essa visão contemplando a questão de gênero. Que esta merece uma atenção particular, pois ascender para a vida adulta não tem o mesmo significado para homens, para mulheres e para o chamado terceiro sexo, compreendendo outras identidades que não só as heterossexuais: gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis.

Bourdieu em sua entrevista em 1978, intitulada *A Juventude não é mais que uma palavra*, lembra que as divisões entre as idades são arbitrárias e que a fronteira entre a juventude e a velhice é um objeto de poder e disputas em todas as sociedades. Fala ainda que a idade é um dado biológico facilmente manipulado e manipulável. Ou seja, se no século XIX uma mulher de 35 anos era considerada velha. Hoje, no século XXI, diz-se que a mulher dessa idade é jovem. Tal consideração exemplifica uma manipulação do mesmo dado só que em condições sócio-históricas distintas. Em cada época essa ideia tinha sustentação própria, mas ainda assim é manipulável segundo os interesses.

Funciona dessa forma, a idade como produção da ordem, definindo o que cada um pode fazer e até quando se pode fazer, segundo a própria faixa etária, gênero, classe e origem. Logicamente, contribuindo para a reprodução do *status quo*. Em suas palavras:

A representação ideológica da divisão entre jovens e velhos concede aos mais jovens coisas que fazem com que, em contrapartida, eles deixem muitas outras coisas aos mais velhos.(...) As classificações por idade (mas também por sexo, ou, é claro, por classe...) acabam sempre por impor limites e produzir uma ordem onde cada um deve se manter, em relação à qual cada um deve se manter em seu lugar.(Bourdieu, 1983. P. 112)

Margulis se aproxima de Bourdieu quando destaca que em todas as sociedades, a idade aparece como um eixo ordenador da atividade social e que a infância e a juventude são categorias imprecisas com limites ainda turvos. Segundo o autor, é necessário então acompanhar a referência juventude com a multiplicidade de situações sociais em que essa etapa se desenvolve.

Todavia, Margulis acrescenta que em nosso tempo, a juventude é também signo, código, símbolo. Esse signo sempre provisório e flutuante garante neste tempo, o prolongamento da condição de jovem e da própria legitimidade do que é a juventude. Nesse ponto, rompe com Bourdieu que quando afirma que a juventude não é mais que uma palavra, parece ignorar a condição de signo da juventude na contemporaneidade.

Esse movimento de postergar a juventude, bem como adiar ainda que temporariamente as exigências com o trabalho e com a composição de uma família, segundo Bourdieu e Margulis se dão de diferentes formas especialmente quanto se detém ao fator classe.

1.2- A questão da moratória nas classes populares

É chamada de moratória social o período de tolerância que a sociedade oferta aos jovens na experimentação das formas de ser adulto. Essa moratória é um espaço aberto em setores sociais e limitado a determinados períodos históricos. (MARGULIS, 1998). Por isso que a juventude é tratada aqui enquanto condição, porque se apresenta com um período mais ou menos delimitado e possuidor de alguns “gozos sociais”, dentre eles, a moratória.

Há nesse tipo de moratória, um período estendido de estudos, de dependência familiar, mas também uma tolerância com as formas de coabitação anteriores ao casamento, experiências sexuais e um compromisso menor quando comparado aos adultos. Margulis e Feixa realizam abordagens sobre o conceito de moratória e ambos afirmam que o gozo desse benefício é experimentado em seu modo pleno a uma parcela restrita da juventude. Principalmente para os jovens urbanos, de classe média e de classe alta. Dessa forma, ser jovem camponês não seria ser jovem plenamente no sentido, por exemplo, por estarem distantes dos símbolos do nicho de consumo jovem de roupas, acessórios e modos de ser. Assim como ser jovem pobre. Enfim, como se gradualmente se fosse mais ou menos jovem, aproximando-se ou distanciando-se desse “tipo ideal”,

jovem, homem, branco, anglo-saxão, classe média/alta, urbano, inserido na moda e numa “tribo”. O enfoque da desigualdade social para se analisar a questão da juventude, faz-se dessa forma indispensável para um aprofundamento dos modos de transição para a vida adulta na sociedade capitalista atual.

Nesse sentido, o jovem pobre gozaria principalmente da chamada moratória vital que é definida como a potência e capacidade física dos indivíduos na faixa etária em que é compreendida a juventude. Logo, a moratória vital é condição natural de todos os jovens. Ou seja, é a única moratória vivenciada em sua forma total pelos jovens das classes populares. Isso não significa que os jovens pobres não gozem de nenhum tipo de moratória social, mas como anteriormente citado, as formas são limitadas e escassas.

O jovem pobre se beneficia de forma diferente e menor do período de moratória social do que quando comparado ao jovem de classe abastada. Nesse sentido, o jovem pobre se insere no mundo do trabalho mais precocemente, assim como forma uma família, antecipando a vida adulta como assinala Bourdieu (1983). Uma das únicas formas da juventude pobre usufruir da moratória social é através do desemprego e da crise. Entretanto, essa forma de utilizar-se é marcada pela frustração, impotência e sofrimento. Em contraposição esse tipo de moratória

Na questão dessa moratória usufruída, ainda que em dor, pela juventude pobre, pode-se destacar uma fração da juventude de um modo geral que é acometida de forma mais intensa pelos problemas sociais: os jovens mais velhos, de mais ou menos 24 a 29 anos. Feixa (1997) aponta para essa necessidade de se falar desse grupo mais velho dentro da condição da juventude. Ele chama de pós-adolescência, um período crítico que carrega consigo características específicas desse postergamento da juventude. São elas: ampliação da dependência familiar, formas de coabitação anteriores ao casamento, amplas e descontínuas trajetórias em atividades laborais, atraso na maternidade/paternidade, dentre outro. Se ser jovem pobre já constitui-se em uma condição conturbada, ser jovem mais velho (24 a 29 anos) pobre, seria então ainda pior, com mais responsabilidades e cobranças familiares e sociais.

Margulis e Urresti chamam de “facticidade” a relação existente entre essas duas moratórias, a social e a vital, pois combinadas levam ao entendimento de que “a juventude não seja apenas uma palavra, uma estética ou uma moratória social, mas um posicionamento temporal” (MARGULIS *et al* 1998, p.10)

Nesse contexto, a juventude que numa primeira visão parecer ser um conceito auto-explicativo, apresenta-se como realmente é: um labirinto de sentidos, agrupando diferentes maneiras de ser jovem dependendo do tempo, do espaço, da origem e da condição, por causa da heterogeneidade social e das diversas modalidades como se apresenta a condição de jovem.

A juventude é portadora da vanguarda das transformações e ao mesmo tempo é o que assimila com rapidez e naturalidade as mudanças e os costumes da geração anterior. Tão logo, vê-se esse papel por vezes paradoxal de transformação e incorporação ora alternando-se ora em concomitância na condição do jovem. Margulis ao tatear a questão da juventude explica com destreza um dos paradoxos da juventude: “*sua sensibilidade, sistema perceptivo, visão das coisas, atitudes diante do mundo, sentido estético, concepção do tempo, valores, velocidades e ritmos indicam que estão habitando com comodidade um mundo que nos deixa (adultos) para trás*”. (MARGULIS *et al*, 1998, p.79)

Nessa perspectiva é possível verificar a legitimidade dos autores quando afirmam que existem diferentes formas de juventude e que se é jovem pleno dependendo de diversos fatores sociais. A idade, a velocidade, a estética e sensibilidade também são condicionadas pelo tipo de socialização a que foram os jovens submetidos.

Feixa fala ainda da “cultura juvenil pós-moderna”, traçando um panorama histórico do que é a juventude em diferentes sociedades. Utiliza-se de Musgrove (1965, 33) ao afirmar que *o jovem foi inventado ao mesmo tempo que a máquina a vapor*”. Ou seja, a Revolução Industrial teve um papel fundamental na constituição da condição da juventude no cenário histórico-cultural. Diz ainda que a juventude foi “descoberta” no final do século XIX e se democratizou na primeira metade do século XX. Especialmente após a 2ª Guerra Mundial, iniciou-se um período de constituição da cultura juvenil. Aranguren (1961) apontava já no pós-guerra uma tendência a juvenilização da sociedade, expressa na chamada cultura juvenil. (FEIXA, 1997)

Essa cultura juvenil iniciada no pós-guerra popularizou-se na figura do senso comum do “rebelde sem causa”, sendo também um produto *hollywoodiano* estrelado por jovens atores da década de 50, do século XX. Feixa ainda refina a ideia do rebelde sem causa pautando-se na transição da sociedade agrária, em industrial e na contemporaneidade, como pós-industrial, salientando as rápidas transformações de uma geração para a outra sendo motivo de instabilidade, rebeldia e valores bastante distintos nos processos de socialização de uma geração para a outra. (FEIXA, 1997)

O autor elenca cinco principais fatores de mudanças na sociedade nessa constituição da condição da juventude legitimada socialmente. O primeiro é a emergência de um estado de bem estar e proteção social dos grupos dependentes. O segundo, a crise de autoridade patriarcal e concessão de mais liberdade aos jovens. O terceiro, o advento de um nicho de consumo jovem como roupas, marcas e acessórios, o *teenagemarket*. O quarto, o advento dos meios de comunicação de massa que possibilitaram quase que uma cultura internacional-popular disseminada pela TV, comerciais e agora, internet. E o último, a modernização dos costumes e o esfacelamento da moral puritana tradicional, com elementos fundamentais para esse processo: entrada da mulher no mundo do trabalho, pílula anticoncepcional, divórcio, dentre outros.

Por tudo isso, percebe-se que a juventude é um conceito que se assimila mais com a palavra condição, uma vez que é determinada por fatores histórico-culturais de uma sociedade e possuem um caráter transitório e instável. E que ainda, a condição juvenil é uma forma também de controle social ao determinar o que é possível ou não ao jovem, sendo um regulador, funcionando como instrumento de manipulação, como aponta Bourdieu. E que nas formas de transição para o mundo adulto, existem moratórias diferenciadas para grupos jovens economicamente e culturalmente distintos. Dessa forma, o exercício intelectual de problematizar sobre a temática juventude pode contribuir com a reflexão social sobre os modos de vida contemporâneos, na tentativa de compreender essa condição geralmente comum aos indivíduos, especialmente no mundo ocidental urbano-industrial e ainda levantar argumentos sobre outras formas de ser jovem, distante desse modelo. Este último não na tentativa de comparar, mas de se pensar sobre uma fase de vida tão intensa e complexa.

1.3- Juventudes e transição para a vida adulta no contexto de classe: a desigualdade como marca

O jovem pobre estaria dessa forma numa categoria diferenciada de condições e moratórias sociais. A condição de pobreza e acesso a determinados equipamentos sociais são tratados por autores de diferentes maneiras, a começar pela questão da própria pobreza em si.

Martins (1997), analisa o conceito de exclusão, fetichização da exclusão e seus equívocos conceituais, com destreza. Partindo de uma perspectiva sociológico-política e não econômico-social como é comum aos analistas, Martins aponta para uma modificação da utilização histórica das palavras expressando coisas aparentemente iguais. Se num período passado utilizava-se o termo pobre para explicar a precariedade, e num passado mais recente, marginalidade/marginalização com o mesmo sentido, hoje, usa-se exclusão com o intuito de exprimir sentido igual. Contudo, essa mudança no emprego das palavras indica também que os nomes mudam porque muda o sentido. Por que o sentido encontra-se em metamorfose, desprendendo-se e abarcando de outros vetores, que antes não era possível ou não éramos capazes de ver. (MARTINS, 1997).

Dessa forma, falar de jovem excluído, sob a ótica de Martins é impensado. O conceito de exclusão deve ser analisado com cautela, especialmente porque para o autor não existe exclusão, existem condições precárias e instáveis de inclusão. Em suas palavras, “por isso, rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes. (MARTINS, 1997. p.14) E ainda, (...) integrando-as (vítimas da exclusão) de outro modo (e não as excluindo parcial, incompleta e insatisfatoriamente nos mecanismos de reprodução e consolidação da sociedade atual.” (p.19)

O autor chama a atenção porque atualmente discute-se muito a exclusão, e, por isso, deixa-se de discutir as formas pobres, insuficientes e até indecentes de inclusão. Logo, nota-se que o sistema não empurra os indivíduos para fora, do contrário, força para dentro, só que em condições precárias. Isso porque se o sujeito se encontrasse fora do sistema não constituir-se-ia como consumidor dos bens. E ele de fato o é. Todavia, de

forma escassa e precária, estabelecendo-se então como um incluído precariamente e não como um excluído social. Nessa lógica, falar de marginalidade/marginalização admitiria o mesmo sentido, totalmente fora dessa perspectiva, já que todos estão dentro, uns de forma plena, outros de forma precária. Num país desigual como é o Brasil, a maioria consolidando-se como incluídos precariamente ou indecentemente e uma pequena minoria como incluídos no sentido comum do uso da palavra, os incluídos-pletos, que gozam dos direitos e equipamentos sociais.

Articulando essa análise com a juventude, fica clara a linha do jovem pobre, que não se constitui como jovem-marginal, nem como jovem excluído, uma vez que ele se insere no sistema, só que forma diferenciada, como elenca Charlot ao contemplar a categoria como plural, admitindo que existam diferentes formas de ser jovem e que ser jovem pobre é ser também menos o jovem do tipo ideal que é o estudante, sem constituição de família, sem trabalho, consumidor dos equipamentos sociais e mediáticos. Destarte, o jovem pobre já é uma categoria jovem diferente e ainda encontra-se em estado de inclusão precária com políticas insuficientes no contexto brasileiro de desigualdades. (CHARLOT, 2007)

Martins (1997) e Oliveira (1998) indicam que a desigualdade é marca distintiva da/na sociedade brasileira. E ainda que não é impossível entendermos a sociedade brasileira apartados da categoria que nos permite sua explicação e análise: a desigualdade. (PEREGRINO, 2008.p. 115) Dessa maneira, a discussão sobre classe estaria como cerne de muitas outras questões que também permeiam a desigualdade social. No Brasil, os conflitos de classe são velados também porque a própria população entende como natural tais disparidades de poder de consumo e acesso.

Martins aponta como origem da desigualdade as formas de sociabilidade dos brasileiros. Oliveira completa essa ideia admitindo as desiguais maneiras de incorporar econômica, social e politicamente as classes, recusando a incorporação das maiorias. (MARTINS, 1997) (OLIVEIRA, 1998)

Matos afirma que as desigualdades no contexto contemporâneo exigem hoje outros modelos explicativos porque os antigos não conseguem mais contemplá-los. Argumenta que hoje, as desigualdades configuram-se como multiformes e heterogêneas, não apenas a desigualdade óbvia da distribuição de renda e equipamentos sociais materializada na dicotomia rico X pobre no que tange ao território, por exemplo. Hoje, apesar da segregação e da pobreza, há desigualdades desfocadas e menores em lugares que era de se imaginar serem maiores como o caso de algumas pontuais favelas e periferias afastadas dos grandes centros.(MATOS, 1998)

Scalon apresenta um survey sobre percepções dos brasileiros sobre as desigualdades, com o objetivo de se traçar um panorama geral. Ela traz a tona através da pesquisa que a população entrevistada tem consciência dessa desigualdade profunda no país. Em suas palavras:

Se consideramos que a igualdade é hoje um valor universal e que a ideia de que vivemos em um país com altas taxas de concentração de renda e desigualdade de oportunidades é popular e bastante difundida, não é de se estranhar que 96% dos brasileiros reconheçam que, no país, há grandes desigualdades de renda. Essa percepção que parece óbvia quando retirada de uma pergunta tão direta, é confirmada quando se trata de apontar o “formato” dessa sociedade - uma estrutura social vista, por quem está dentro dela, como uma pirâmide ou mesmo como uma grande letra T invertida.”

(SCALON, 2004.p. 31)

A desigualdade na distribuição dos bens sociais e também dos bens educativos não configura uma singularidade brasileira. Ela é marca importante da relação entre escola e sociedade nos países capitalistas ocidentais. (PEREGRINO, 2008. p. 116)

Bourdieu e Passeron (1975), Bowles e Gintis (1976), Baudelot & Establet (1971), Frigotto (1984) e Cunha (1991), alertam que parte importante da ação dos sistemas escolares, consiste na reprodução das desigualdades sociais. (PEREGRINO, 2008)

Dessa forma, as desigualdades sociais relacionam-se intrinsecamente com as desigualdades educacionais. Leon e Menezes Filho (2002) apresentam no artigo sobre a questão do progresso educacional no Brasil que as variáveis de renda e idade se mostraram significativas na explicação da reprovação em todas as séries-diploma: estudantes mais pobres e/ou com mais idade apresentam maior chance de reprovação. E também que os jovens inseridos na população economicamente ativa (PEA), apresentam maior chance de reprovação em relação àqueles que estão fora da PEA. Ou seja, quem é pobre, com distorção idade/série e trabalha, tem mais chance de reprovação e insucesso educacional. Tal dado, confirma as citações anteriores da relação: desigualdade social e educacional. E mais, da desigualdade educacional referendar e constituir-se como elo da cadeia de reprodução das desigualdades sociais.

Peregrino (2008), trata a questão de forma igualmente específica, mas com outras características.

Processos de escolarização dessa forma realizados implicam trajetórias diferentes e desiguais no interior de uma mesma instituição, e possibilidades desiguais de apropriação dos conhecimentos que a escola devia, por princípio, disseminar, de acordo com o modo de escolarização ao qual é submetido. Se nas turmas de trajetória plena o fluxo contínuo pelas séries permite a acumulação paulatina de conjuntos de conhecimentos, nos modos de escolarização precária, as repetências e abandonos, entrecortados pelo ingresso em projetos diferentes e, às vezes, incomunicáveis de aceleração da aprendizagem, criam uma situação em que o acúmulo de conhecimentos torna-se impossível, mesmo numa situação de multiplicação do tempo de habitação na escola.

As turmas e o turno mais atingidos pelos indicadores que, reunidos, produzem os modos mais precários de escolarização são também as turmas que se esvaziam. (PEREGRINO, 2008.p. 144)

A autora traz uma discussão pertinente ao espaço da escola pública em sua pesquisa. Dentro da própria instituição, há locais de mais e menos segregação e agregação. As turmas fluxo pleno, jovens na idade/série correspondentes, sem histórico de fracasso escolar, tendem a abandonar menos a escola, e os outros, do contrário, reprovam e evadem por constituírem-se também como grupo segregado que por reunirem indicadores negativos, lhe são oferecidas condições de inclusão mais precárias e por isso mantém o ciclo de desigualdade. Isso porque com menos escolarização geralmente têm empregos menos qualificados e subempregos, constituem família mais cedo e têm, em geral, um número maior de filhos do que pessoas com mais escolarização.

Nesse breve texto foi realizada a tentativa de relacionar a juventude com a desigualdade tendo como cenário a escola. Há que se considerar que o Brasil ainda não possui programas eficazes de correção de fluxo escolar, que as políticas de inserção no Ensino Médio cresceram, mas são ainda insuficientes e que as políticas de EJA, na contramão dos indicadores, têm ficado mais escassas. Nessa ótica, a juventude tem sua permanência na escola num período recente e de forma precária, isso para as classes populares. A escola enquanto espaço de socialização da juventude é recente como nos mostra Peregrino,

Os jovens pobres, porém, só começam a ter seu processo de socialização mediado pela escola pública, a partir do início de sua entrada “em massa” para o ensino ginasial, no início da década de 70. Mesmo assim, a entrada dos jovens pobres na escola tem sido acompanhada de mecanismos variados de “adaptação” desta a uma clientela cada vez mais exclusiva de determinados estratos sociais, mudando o “perfil” da instituição educativa, especialmente da década de 90 para cá. (PEREGRINO, 2006)

Nesse caminho, o jovem pobre inserido precariamente na sociedade e também na escola, aponta certas fragilidades que são em parte condicionadas pelas questões sociais como nos apresentaram os autores, como a probabilidade maior de reprovação e evasão pelo fato de trabalhar, de serem mais velhos e pelo fato impactante de ser pobre. Por isso, verifica-se que as políticas públicas/educacionais para esse público se mostram propositalmente insuficientes. Segundo Peregrino, citando que as políticas de direitos no Brasil vêm operando com a reposição efetiva das desigualdades no país. (TELLES, 1999 *apud* PEREGRINO, 2008).

Dessa forma, o exercício intelectual de problematizar sobre a temática juventude e desigualdade pode contribuir com a reflexão social sobre os modos de vida contemporâneos, na tentativa de compreender essa condição geralmente comum aos indivíduos, especialmente no mundo ocidental urbano-industrial e ainda levantar argumentos sobre outras formas de ser jovem, distante desse modelo.

Destarte, as reproduções das desigualdades se dão de diferentes formas e por diferentes lados: sociedade, políticas públicas, governamentais, escola, mídia, e por muitos outros caminhos. O jovem pobre, trabalhador e inserido precariamente na escola encontra-se numa situação difícil como em qualquer outro tempo. O ser pobre é estar sempre condição menor e com menos visibilidade. É a maioria que a sociedade insiste em tratar como minorias. Essas “minorias” majoritárias estão em inclusão indecente. Necessitam dessa forma de políticas efetivas que garantam condições reais de menos desigualdade, em especial num país em desenvolvimento como o Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Feixa, Carles(1997) De Jóvenes, Bandas y Tribus- Antropología de La juventud. Barcelona: Ariel
- Leon, Fernanda Leite Lopez e Menezes-Filho, Naércio (2002). Reprovação, avanço e evasão escolar no Brasil. Pesquisa e Planejamento Econômico, v.32 (n.3), pp. 417-451.
- Margulis, Mario & Urresti, José. (1998)Juventud es más que una palabra: ensaios sobre cultura e juventud, Buenos Aires: Biblos.
- Martins, José de Souza.(1997) Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus.
- Oliveira, Francisco de.(1998) Os direitos do antivalor. A economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes.
- Peregrino, Mônica.(2006) Desigualdade numa escola em mudança: Trajetórias e embates na escolarização pública de jovens pobres. Tese de doutorado. Niterói:EdUFF.
- _____.:(2008) Desigualdade, juventude e escola: uma análise de trajetórias institucionais. In: Zaccur, E. e Fávero, O (orgs) . Pesquisas em Educação : diferentes enfoques.(pp. 113-151) Niterói: Eduff.
- Scalon, Celi (org.) (2004). Imagens da desigualdade. Belo Horizonte: UFMG / Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.